

Áustria Rodrigues BRITO^{1*}
Universidade Federal do Pará

Resumo: O presente trabalho procura caracterizar o objeto do ensino-aprendizagem de língua materna como sendo a interação linguística na e pela linguagem. Assim, o ensino de Português será visto a partir de uma concepção dialógica da língua, pois aqui os aprendizes são construtores do conhecimento. Para tanto, parte de uma concepção de linguagem como interlocução e vê o ensino de língua a partir de três eixos: a historicidade da linguagem, o sujeito e suas ações linguísticas e o contexto social das interações verbais. O suporte teórico adotado pautou-se pela Pragmática Linguística e por uma abordagem interativa de língua, assim elegemos autores estrangeiros consagrados, como: Benveniste (1976, 1966), Bakhtin (1977), Parrot (1988); no Brasil, nos pautamos em Koch (1992), Geneski, (1997), que tomam como reflexão o ensino-aprendizagem como resultante da interação na e pela linguagem.

Introdução

A fala é, para o homem, o começo da sua existência, a afirmação de sua pessoa na ordem social e na ordem natural. Antes da fala existe apenas o silêncio da vida orgânica, que não é, aliás, um silêncio de morte, porque toda vida é comunicação e mesmo desde antes do nascimento o embrião encontra-se incluído no ciclo biológico humano.

Gusdorf (1952, p.81)

Sabemos que o processo ensino-aprendizagem de língua materna tem trazido grandes discussões no que concerne à concepção de língua e, conseqüentemente, às concepções de ensino que o educador utiliza para direcionar suas atividades no campo profissional. De acordo com

* Professora Assistente I da Área de Linguística da Universidade Federal do Pará - UFPA/Campus de Marabá.

Novas (1998), um dos grandes desafios do educador é ajudar a tornar a informação significativa, a escolher as informações verdadeiramente importantes entre tantas possibilidades, a compreendê-las de forma cada vez mais abrangente e profunda e a torná-las parte do nosso referencial, pois acreditamos que só há ensino-aprendizagem quando estabelecemos pontes entre a reflexão e a ação, entre a experiência e a conceituação, entre a teoria e a prática, quando ambas se alimentam mutuamente.

Hoje, observamos que, se o educador não tiver clareza de seu objeto de ensino de língua, dificilmente conseguirá, ao mesmo tempo, programar situações como as citadas acima e propor atividades coerentes em relação àquilo que ele observa nos sujeitos com os quais interage.

Nesse sentido, o presente trabalho trata de um estudo bibliográfico que considera o processo ensino-aprendizagem como interlocução e vê o ensino de língua a partir de três eixos: a historicidade da linguagem, o sujeito e suas interações e o contexto social das interações verbais. Entendemos que o ensino de Português só será verdadeiramente significativo para o aprendiz se for dimensionado a partir de uma perspectiva interacional e contextual, já que é pela atividade da fala que se dá o exercício da ação na e pela linguagem – ação comunicativa que se configura pelas formas da língua (Koch, 1992). Em outras palavras, é pela linguagem que conseguimos verbalizar (léxico) nosso pensamento por meio da fala.

A fala, portanto, não deve ser considerada um sistema objetivo, em terceira pessoa, mas um empredimento individual, sendo, portanto, caracterizada como um processo de mão dupla – recíproco. Tomar a palavra implica saber devolvê-la, pois se assim não o for não teremos o princípio da interatividade entre os sujeitos envolvidos no ato de comunicação. A linguagem pela atividade de fala é dinâmica. Em outras palavras, em nossos discursos estamos sempre recorrendo ao já historicizado na língua e, ao mesmo tempo, ao falarmos, deixamos sempre aberta a possibilidade de historicização de sentidos novos.

Em síntese, é impossível dissociar da língua a atividade do falante, e assim a língua deixa de ser vista como um instrumento externo de comunicação, de transmissão de informação, para ser vista como uma forma de atividade entre dois protagonistas numa atividade interlocutiva. Geraldi (1997) também corrobora com tal proposição quando afirma que a língua não é um sistema pronto, acabado, de que o sujeito se apropria para usá-la segundo suas necessidades específicas no momento de interação, mas que o próprio processo interlocutivo, na atividade de linguagem, que a cada vez a (re)constrói.

Por isso, neste artigo, defendemos uma concepção de linguagem como ação interlocutiva em que a comunicação se dá na relação entre eu e tu – dado que a fala se realiza entre os homens, e as ações que com ela praticamos incidem sobre o outro, pois por meio deles representamos e apresentamos aos nossos interlocutores certa construção da realidade, daí interferirmos sobre seus julgamentos, opiniões, referências.

1. Fundamentação Teórica

1.1. O ensino de língua materna numa dimensão pragmática – uma atividade de interlocução

Ao analisarmos o ensino de língua numa perspectiva pragmática, estamos considerando o funcionamento da língua num dado contexto, ou seja, a maneira como os interlocutores interagem por meio da linguagem em situações concretas do dia-a-dia.

A pragmática, segundo Herman Parret, “é caracterizada essencialmente pela concepção da dependência contextual do sentido discursivo, da racionalidade dependente do contexto e pela orientação da compreensão” (1988, p.26). Esses três componentes conceituais reavaliam a subjetividade na língua. A pragmática pressupõe o sujeito em discurso, sem reintroduzir o psicologismo e o subjetivismo. É por esse motivo que a atitude pragmática reage contra a lingüística estrutural, em que, a começar por Saussure, a subjetividade é expulsa da *langue* para a *parole*, não passível de domínio teórico – e também contra a gramática gerativa chomskiana, em que o falante/ouvinte ideal não é o sujeito que fala, mas uma mente que se identifica com a estrutura neurofisiológica do cérebro.

Benveniste (1966) reintroduz a subjetividade como uma categoria operacional na teoria lingüística. A subjetividade não é a individualidade ou a personalidade idiossincrática do falante – algo como um emaranhado de restos psicológicos originais e internos –, mas existe somente como um conjunto de propriedades determinadas do discurso do falante. Para Benveniste, “a linguagem está na natureza do homem” (1976, p.285), e, nesse sentido, o locutor se apropria da língua, pondo-a em funcionamento e assim se institui como sujeito da enunciação.

Vigotsky (1989), na mesma direção, afirma que o sujeito não apenas expressa o social e nem o coloca para dentro de si em situações artificiais, mas é na relação com os outros e na e pela linguagem que o sujeito se constitui e é constituinte de outros sujeitos. O autor enfatiza

a dimensão semiótica do sujeito e da subjetividade na linguagem, quando aponta a importância dos processos de significação e dos processos dialógicos no campo da intersubjetividade.

Dessa forma, a subjetividade é concebida como social, e o social, por sua vez, não é abstrato nem genérico, mas vivido subjetiva e intersubjetivamente nas condições de vida contextualizadas historicamente, numa rede de interações entre sujeitos semelhantes e diferentes. A interação face a face entre indivíduos particulares desempenha um papel fundamental na construção da linguagem do ser humano: é por meio da relação interpessoal concreta entre os homens que o indivíduo vai chegar a interiorizar as formas culturalmente estabelecidas de funcionamento psicológico. Portanto, a interação social, seja diretamente com os membros da cultura, seja por meio de diversos elementos do ambiente culturalmente estruturado, fornece a matéria-prima para o desenvolvimento psicológico do indivíduo.

Se olharmos por esse prisma, observamos que a paisagem da comunicação não é apresentada como definitiva, numa simplicidade grosseira, ao contrário, é constituída por uma série de planos sucessivos sobre os quais se projeta a realidade da conversação. A ação reage sobre o cenário e o cenário, a reciprocidade dos seres em presença projeta-se num novo ambiente que exprime o estado das relações em cada momento da sua história.

Nesse sentido, a comunicação é a construção de um lugar, pela linguagem que se qualifica como o ponto de encontro. Ela não se reduz à técnica nem a pontos de vista definitivos, completos, mas é vista na sua incompletude dialógica, proporcionando a crítica e a reflexão.

Daf acreditarmos que a concepção de linguagem como um processo de interlocução (ação e interação entre locutor, alocutário, realidade contextual) contribui para a construção de propostas de ensino significativas e coerentes no âmbito de língua materna.

Para explicar essa concepção de linguagem, é necessário, segundo Geraldi (1997), considerarmos três eixos: a historicidade da linguagem, o sujeito e suas ações linguísticas e o contexto social das interações verbais.

1.2 A historicidade da linguagem, o sujeito e suas ações linguísticas e o contexto social das interações verbais

1.2.1. A historicidade da linguagem

Conforme Geraldi (1997), ao tratarmos sobre linguagem, não podemos adotar unilateralmente a noção de univocidade (para tudo que

dióculos há uma expressão adequada, pronta), ou de indeterminação absoluta (qualquer expressão pode significar qualquer coisa), mas a noção de que é na interação dos sujeitos, no momento da interlocução, que se produzem os sentidos por meio das palavras, levando em conta o passado e o presente dessas, as expressões usadas e as intenções a elas atribuídas, num processo de negociação de sentidos. É a historicidade da língua que afasta esses dois mitos: a univocidade e a indeterminação.

O trabalho lingüístico é dinâmico e por ele a linguagem se constitui marcada pela história desse fazer contínuo que a está sempre consumindo: o "eu" e o "tu", numa relação intersubjetiva, trabalham na construção de sentidos, tendo como material a língua que "resultou" dos trabalhos anteriores. Se assim não o for, não teremos o princípio da iteratividade entre os sujeitos envolvidos no ato de comunicação, ou seja, o processo interlocutivo.

Nesse sentido,

o sujeito é social, já que a linguagem não é o trabalho de um artesão, mas trabalho social e histórico seu e dos outros e é para os outros e com os outros que ela se constitui. Também não há um sujeito dado, pronto, que entra na interação, mas um sujeito se completando e se constituindo nas suas falas (Geraldí, 1997, p.6).

Daf se compreender a linguagem como o trabalho constitutivo dos sistemas de referências⁷⁹ e dos sujeitos, cujas consciências se formam precisamente pelo conjunto de categorias que vão incorporando, enquanto signos, nos processos interlocutivos de que participam.

1.2.2. O sujeito e suas ações lingüísticas

Aqui, o trabalho do sujeito se constitui no fio condutor da reflexão. Uma das características da linguagem é a reflexividade, isto é, o poder de remeter a si mesma. As ações lingüísticas que praticamos nas interações em que nos envolvemos demandam esta reflexão, pois compreender a fala do outro e fazer-se compreender pelo outro têm a fórmula do diálogo:

⁷⁹ Orecchioni (1980) chama de referência ao processo que coloca em relação o emissor e o referente, isto é, o conjunto dos mecanismos que fazem corresponder a certas unidades lingüísticas, certos elementos da realidade extralingüística.

quando compreendemos o outro, fazemos corresponder à sua palavra uma série de palavras nossas; quando nos fazemos compreender pelos outros, sabemos que às nossas palavras, eles fazem corresponder uma série de palavras suas (Bakhtin, 1977 apud Geraldi, 1997, p.98).

Ou seja, a linguagem é uma sistematização aberta de recursos expressivos, cuja concretude significativa se dá na singularidade dos acontecimentos interativos. Dessa forma, o espaço de produção da linguagem é a interlocução.

1.2.3. Contexto social das interações verbais

Geraldi afirma que, de acordo com a metodologia bakhtiniana, a investigação sobre a linguagem deveria se dar na seguinte ordem:

1°. as formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza; 2°. as formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se presta a uma determinação pela interação verbal; 3°. a partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação lingüística habitual (Bakhtin, 1977 apud Geraldi, 1997, p.58).

O autor ainda ressalta a importância de se estudar o contexto lingüístico (o mundo dos sujeitos, estados de coisas e acontecimentos) para uma melhor compreensão no âmbito da significação. Geraldi observa também que muitos estudos a respeito desse tema, sob seus vários aspectos, distintos objetos e recortes de estudo, não são incompatíveis e que, no entanto, estão longe de obter uma síntese. Preocupa-se em mostrar que não podemos ficar restritos a um dos itens da proposta bakhtiniana, "sob pena de produzirmos uma análise do discurso sem discurso, uma análise lingüística sem língua, e assim por diante" (Geraldi, 1997, p.60). Assim, para o referido autor, os elementos do contexto mais amplo provêm muito mais das reflexões desenvolvidas por outras ciências fora da Lingüística (Filosofia, Sociologia etc.), mas que também é necessário considerá-los, pois as interações verbais não se dão fora do contexto social mais amplo e porque o ensino de língua não está adverso

as interferências do sistema escolar e este do sistema social, a linguagem não passa ileso por isso.

Em outras palavras, "a língua só tem existência no jogo que se joga na sociedade, na interlocução. É é no interior de seu funcionamento que se podem estabelecer as regras de tal jogo" (Geraldi, 1991, p.42).

Tal assertiva vem reafirmar a tese dos estudiosos de que uma prática de ensino de língua é sustentável e só se justifica se contemplar a linguagem como processo de interação. Em outras palavras, mais do que possibilitar uma transmissão de informações a um receptor, a linguagem é vista como um lugar de interação humana; por meio dela, o sujeito que fala pratica ações que não conseguiria praticar a não ser falando; com ela, o falante age sobre o ouvinte, constituindo compromissos e vínculos que não pré-existem à fala.

Observações Finais

Devemos tomar a linguagem no âmbito do ensino de língua materna como uma atividade humana, histórica e social, já que nessa atividade se constituem: o conjunto estruturado e sistemático dos recursos expressivos da língua de uma comunidade; o sistema cultural, antropológico, de representação da realidade, em que as expressões da língua podem ser interpretadas; os meios lingüísticos que permitem situar essas expressões no contexto real em que são produzidas. Caracteriza-se por um trabalho construtivo, um processo coletivo de que resultam, em uma longa história, os sistemas lingüístico e comunicativo utilizados em uma comunidade.

Assim, em cada ato singular de linguagem e em cada texto produzido, todos esses aspectos se manifestam. Reconhecê-los como integrantes do processo de significação que se constitui na e pela atividade lingüística implica conceber a linguagem como forma de interação, cujo funcionamento prevê sua relação com as circunstâncias da enunciação. Assim concebida, a língua não ocorre na abstração dos signos lingüísticos, mas nos usos concretos, historicamente situados no meio social.

Evidentemente, essa mudança de ponto de vista com relação à língua tem conseqüências para o ensino da língua materna na escola, cujo objeto deixa de ser apenas o código lingüístico. Ganha espaço o contexto situacional, por meio do qual o falante exercita seus conhecimentos de língua, de linguagem e de relações sociais que o tornam apto a interagir socialmente. A linguagem resulta de um trabalho constitutivo,

orientado por condições sócio-históricas em que os sujeitos se encontram inseridos.

BIBLIOGRAFIA

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1977.
- BENVENISTE, E. *Problemes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1976. v. II
- BENVENISTE, E. *Problemes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1996. v. I
- GERALDI, J. Wanderley. *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1991.
- GERALDI, J. Wanderley. *Portos de Passagem*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- GUSDORF, George. *A palmeira*. Lisboa: Edições 70, 1952.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Énonciation*. Paris: Armand Colin, 1980.
- KOCH, Ingedore Villaça. *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.
- NOVAES, M. H. *Psicologia do ensino-aprendizagem*. São Paulo: Atlas, 1998.
- PARRET, Herman. *Enunciação e Pragmática*. Campinas: Unicamp, 1988.
- VIGOTSKY, Lev S. *Pensamento e Linguagem*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.